

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Entre eleitor e mercado, Lula está numa sinuca de bico e não pode errar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está numa sinuca de bico em relação à montagem do novo governo e à situação da economia. A expressão vem do jogo de bilhar. E é uma metáfora popular para uma situação difícil, aparentemente sem saída. Refere-se ao momento em que a bola branca fica travada ou escondida atrás de outra bola ou colada na borda/tabela, sem um ângulo direto e limpo para atingir o alvo. Sair dessa posição exige técnica, controle de força e o uso de efeitos ou das tabelas.

As principais formas de tentar a saída exigem muita habilidade. A mais comum é levantar o taco. Quando a bola branca está muito próxima ou colada à tabela, o jogador apoia bem a mão na caçapa, inclina e levanta a parte traseira do taco e dá uma batida seca para fazer a branca pular, curvar, ganhar trajetória e acertar a bola desejada no ângulo certo.

Mas há outras saídas, como aplicar efeito lateral à esquerda ou à direita para a bola branca fazer uma curva ou mudar de rota após tocar na tabela ou no bico da mesa. Outra opção é jogar pelas tabelas, em vez de tentar o tiro direto, ou seja, projetar a bola branca contra uma ou duas tabelas laterais ou de fundo, usando o rebote da borracha para fazer a curva e alcançar o alvo. Mirar em uma das quinas das caçapas para que a bola branca bata neles é outra opção para que mude de direção e retorne ou contorne o obstáculo. Finalmente, se as bolas estiverem apenas encostadas, um toque extremamente leve apenas para movimentar a bola sem entregá-la de bandeja ao adversário é a saída suave.

Não há apenas uma forma de sair da sinuca de bico do ajuste fiscal, mas todas são desafiadoras. Lula precisa cortar despesas para reduzir a inflação e a taxa de juros sem cancelar os compromissos de campanha, o que seria um estelionato eleitoral. Isso passa pela montagem do novo governo, principalmente pela escolha do novo ministro da Fazenda, num contexto no qual precisa agradar os movimentos sociais que lhe garantiram a vitória no segundo turno e também atender às exigências dos aliados no Congresso para ter governabilidade.

No primeiro pronunciamento oficial depois da reeleição, domingo, Lula reconheceu a preocupação com a dívida e reafirmou a responsabilidade fiscal, mas não apontou um caminho para resolver a questão. A dimensão do impasse aparece nas projeções de outubro da Instituição Fiscal Independente (IFI): dívida bruta de 82,5% do PIB em 2026 e 86,4% em 2027; deficit do governo central de 0,6% do PIB no próximo ano, ou R$ 86,1 bilhões. O crescimento previsto é de 1,8%, com inflação de 4%.

> NÃO HÁ APENAS UMA FORMA DE SAIR DA SINUCA DE BICO DO AJUSTE FISCAL, MAS TODAS SÃO DESAFIADORAS. LULA PRECISA CORTAR DESPESAS PARA REDUZIR A INFLAÇÃO E A TAXA DE JUROS

O tempo não trabalha a favor do presidente Lula. Como no bilhar, há quatro cenários para enfrentar o desequilíbrio. Pelo PIB nominal de R$ 14,53 trilhões projetado pela IFI para 2027, cada ponto percentual corresponde a aproximadamente R$ 145 bilhões. Uma melhora de 1% do PIB levaria aquele deficit de 0,6% a um superavit de 0,4%, mantidas as demais condições.

As saídas

O primeiro cenário seria concentrar o ajuste nas despesas para economizar R$ 145 bilhões anuais. Revisar subsídios financeiros, programas sobrepostos e regras que fazem despesas obrigatórias crescerem seria necessário. Uma redução dessa escala dificilmente sairia apenas do custeio administrativo. Cortar ministérios pode melhorar a coordenação, mas não produz esse dinheiro. Se o peso recair sobre investimentos, serviços e transferências aos pobres, a economia pode desacelerar, e Lula converter o ajuste num estelionato eleitoral.

O segundo é buscar os mesmos R$ 145 bilhões pela receita. Combater a sonegação, reduzir privilégios e rever renúncias injustificadas, em vez de aumentar indiscriminadamente as alíquotas. Ainda assim, receitas incertas não podem financiar despesas permanentes. Uma variação de um ponto percentual no crescimento do PIB pode alterar as receitas administradas em R$ 16,6 bilhões. Entretanto, se a tributação desestimular produção e investimento, parte do ganho desaparecerá.

Outro cenário é tentar sair da dificuldade acelerando o crescimento com gasto público, crédito e estímulos ao investimento. É a jogada mais arriscada se vier sem uma fonte sustentável de financiamento. Um estímulo adicional de 0,5% do PIB representaria cerca de R$ 73 bilhões; sem compensação, elevaria o deficit projetado de 0,6% para 1,1% do PIB. O crescimento poderia recuperar parte da receita, mas se aumentar a desconfiança, pressionará o câmbio e alimentará a inflação, prolongando os juros altos.

A quarta saída é um ajuste combinado e gradual: por exemplo, 0,5% do PIB em despesas e 0,5% em receitas, aproximadamente R$ 73 bilhões de cada lado, distribuídos em um cronograma verificável. Preservaria políticas essenciais, revisaria vantagens de grupos organizados e escalonaria promessas novas conforme o financiamento disponível. Se o esforço for parcelado, porém, o superavit demorará a chegar. Sua credibilidade não dependeria do gogó do presidente da República, mas de medidas aprovadas pelo Congresso, metas anuais e muita transparência.

JUDICIÁRIO

Ações sobre bets suspensas

Fux paralisa processos contra a MP que proíbe as apostas, até uma decisão do STF

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de todas as ações contra a proibição de bets. Ele atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Desde a publicação da Medida Provisória 1.394/2026, que proibiu a atuação das plataformas de apostas on-line no país, em setembro, diversas entidades, como a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), entraram com processos questionando a constitucionalidade da MP.

A Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar que beneficiava três empresas de apostas, autorizando a continuidade das atividades. A decisão, no entanto, foi revertida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), após recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Diante dos diversos processos apresentados, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, solicitou ao Fux, relator do caso no STF, a suspensão de todos os processos semelhantes em tramitação no país até que a Corte estabeleça um entendimento definitivo sobre a questão.

Segundo ele, mais de 10 processos sobre o assunto tramitam somente em São Paulo. Entre os casos mencionados estão decisões proferidas no início de outubro pela Justiça Federal paulista e pelo TRF-3, que permitiram a algumas empresas manter suas operações de apostas eletrônicas.

Fux argumentou na decisão que existe o risco de "insegurança jurídica", visto que a medida já está em apreciação no Supremo em quatro ações diretas. "Há o risco de insegurança jurídica em decorrência da possibilidade de múltiplas decisões em sentidos divergentes, com o agravante de se tratar de potencial liberação de atividade reconhecidamente danosa e de elevado risco social, qual seja a exploração de apostas de quota fixa", escreveu na decisão.

